

Potiguar Sul
Transmissão
de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de
dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da administração regulatório 2019	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações do fluxo de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
1. A POTIGUAR SUL	2
1.2. Estrutura Societária	2
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	2
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO	3
3.1. Linhas de transmissão em operação	3
3.2. Subestações em operação	3
4. RECEITA ANUAL PERMITIDA	4
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	4
5.1. Resultado Econômico Financeiro	4

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2019, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A POTIGUAR SUL

A **Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.** (“Potiguar Sul” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, subsidiária integral da “NC Energia S.A.”, empresa comercializadora controlada pelo Grupo Neoenergia. A Companhia tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter empreendimentos na área de transmissão de energia elétrica. Foi especificamente constituída para desenvolver o projeto da Linha de Transmissão em 500 kV Campina Grande III/Ceará-Mirim II-Circuito 2, na Paraíba e Ceará-Mirim II, no Rio Grande do Norte, totalizando aproximadamente 196 km de linha e passando por 25 municípios.

1.2. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura societária da Potiguar Sul era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Potiguar Sul foi criada após a Neoenergia lograr-se vencedora do Lote G do leilão de transmissão da ANEEL 001/2013. O Projeto consiste na construção, operação e manutenção do circuito 2 da Linha de Transmissão de 500kV com conexão nas subestações Campina Grande III, na Paraíba e Ceará-Mirim II, no Rio Grande do Norte, totalizando aproximadamente 196 km de linha e passando por 25 municípios.

Sua finalidade é escoar a geração eólica proveniente do leilão de energia de reserva de fonte alternativa de 2011, localizados no Rio Grande do Norte. Este empreendimento entrou em operação comercial em 07 de novembro de 2016 e contou com investimentos de R\$ 250 milhões.

3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Ceará Mirim II/Campina Grande III C-2	2	500	190,123	-	07/11/2016	01/08/2043

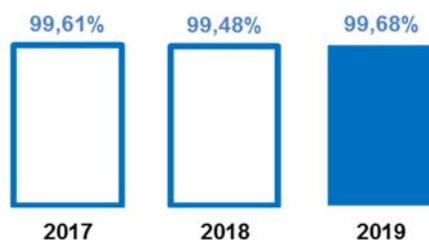
Linhas de Transmissão em Operação - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Ceará Mirim II/Campina Grande III C-2	1	23.377,05	23.377,05	2024	Julho	IPCA

3.2. Subestações em operação

Subestação em Operação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Ceará Mirim II	-	500,00	0,00	0	07/11/2016	01/08/2043
Campina Grande III	-	500,00	0,00	0	07/11/2016	01/08/2043

Subestação em Operação - Características Financeiras						
Subestação	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Ceará Mirim II	100%	1.290,76	1.290,76	2024	Julho	IPCA
Campina Grande III	100%	1.290,76	1.290,76	2024	Julho	IPCA

Em 2019, a taxa de disponibilidade da SE Narendiba foi de 99,68%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos três anos, a Potiguar Sul esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

RAP Esperada - R\$ mil								
Linha de Transmissão	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ceará Mirim II/Campina Grande IIIC-2	22.194,86	22.828,53	23.377,05	23.377,05	23.377,05	23.377,05	23.377,05	23.377,05
Subestação	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Ceará Mirim II	1.225,48	1.260,47	1.290,76	1.290,76	1.290,76	1.290,76	1.290,76	1.290,76
Campina Grande III	1.225,48	1.260,47	1.290,76	1.290,76	1.290,76	1.290,76	1.290,76	1.290,76

Nota 1: Conforme orientação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os valores de 2018 a 2022 foram mantidos em moeda constante de 31/12/2017, portanto, não foram reajustados pelo IPCA e/ou IGPM.

Nota 2: Os valores apresentados em 2019 já estão considerando a revisão tarifária.

Nota 3: Os valores apresentados nos anos 2017, 2018 e 2019 se referem às RAP's homologadas para os ciclos dos referidos anos. Cada ciclo corresponde ao período: de julho do ano até junho do ano seguinte.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras regulatórias e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2019	2018	2019 X 2018	
			R\$	%
Receita Bruta	27.367	20.685	6.682	32,30
Deduções da Receita Bruta	(886)	(867)	(19)	2,19
Custo Não Gerenciável - Encargos Parcela A	(359)	(352)	(7)	1,99
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	26.122	19.466	6.656	34,19
Custo Gerenciável - Parcela B	(4.035)	(3.618)	(417)	11,53
Amortização / Depreciação	(6.301)	(6.287)	(14)	0,22
Resultado da Atividade	15.786	9.561	6.225	65,11
EBITDA	22.087	15.848	6.239	39,37
Resultado Financeiro	(4.756)	174	(4.930)	N/A
Lucro Antes dos Impostos	11.030	9.735	1.295	13,30
IR e CSLL	(1.087)	(1.094)	7	(0,64)
Lucro (Prejuízo) do Período	9.943	8.641	1.302	15,07

A Receita Bruta de Potiguar Sul em 2019 foi de R\$ 27.367 mil, aumento de R\$ 6.682 mil em comparação ao mesmo período de 2018, quando a companhia registrou R\$ 20.685 mil.

A transmissora apresentou Custos e Despesas Operacionais de R\$ 4.394 mil, incremento de 10,7% em relação aos R\$ 3.970 registrados em 2018.

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi uma despesa de R\$ 4.756 em 2019 vs. receita de R\$ 174 mil registrada em 2018.

Considerando os fatores acima mencionados, a Potiguar Sul registrou EBITDA de R\$ 22.087 mil e Lucro Líquido de R\$ 9.943 mil (+15,07% vs.2018).

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Potiguar Sul e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Potiguar Sul.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Potiguar Sul sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de abril de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 17.873.542/0001-71

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante		9.901	14.080
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.041	11.141
Concessionárias e permissionárias	6	2.737	1.946
Tributos compensáveis	7	45	777
Despesas pagas antecipadamente		73	-
Outros ativos circulantes		5	216
Ativo não circulante		243.546	243.496
Depósitos judiciais e cauções	11	9.519	8.589
Tributos compensáveis		369	369
Imobilizado	8	202.270	208.939
Intangível	8	31.388	25.599
Total do ativo		<u>253.447</u>	<u>257.576</u>
Passivo circulante		21.725	37.001
Fornecedores	9	9.604	13.053
Tributos a pagar	10	836	2.832
Dividendos declarados	12	11.103	20.964
Encargos setoriais		35	33
Outros passivos circulantes		147	119
Passivo não circulante		21.894	10.674
Provisão para litígios	11	21.669	10.379
Encargos setoriais		122	209
Outros Passivos não circulantes		103	86
Total do passivo		<u>43.619</u>	<u>47.675</u>
Capital social	12	107.036	107.006
Reservas de capital		109.456	115.586
Reservas de lucros		43.709	37.223
Lucros ou prejuízos acumulados		(56.458)	(49.914)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		6.085	-
Total do patrimônio líquido		<u>209.828</u>	<u>209.901</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>253.447</u>	<u>257.576</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 17.873.542/0001-71
Demonstrações do Resultado dos exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita / Ingresso		27.367	20.685
Disponibilização do sistema de transmissão	13	27.367	20.685
Tributos		(886)	(867)
PIS		(158)	(154)
COFINS		(728)	(713)
Encargos Parcela A		(359)	(352)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(261)	(225)
Taxa de fiscalização		(98)	(127)
Receita líquida		26.122	19.466
Resultado antes dos custos gerenciáveis		26.122	19.466
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(10.336)	(9.905)
Material		(5)	(124)
Serviços de terceiros		(3.566)	(3.033)
Arrendamento e aluguéis		(58)	(55)
Provisões líquida –PPECLD		(6)	(116)
Tributos		(12)	(38)
Depreciação e amortização		(6.301)	(6.287)
Outras despesas operacionais		(388)	(252)
Resultado da atividade		15.786	9.561
Resultado financeiro	15	(4.756)	174
Despesas financeiras		(5.820)	(959)
Receitas financeiras		1.064	1.133
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		11.030	9.735
Despesa com impostos sobre o lucro		(1.087)	(1.094)
Lucro líquido do exercício		9.943	8.641

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 17.873.542/0001-71
Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	9.943	8.641
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>9.943</u>	<u>8.641</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.
CNPJ 17.873.542/0001-71
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	106.989	126.009	2.559	2.881	11.265	-	(34.361)	17.338	232.680
Aumento de capital	17	1.668	-	-	-	-	-	-	1.685
Resgates de ações	-	(12.091)	-	-	-	-	-	-	(12.091)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.641	-	8.641
Destinações:									
Reserva legal	-	-	1.209	-	-	-	(1.209)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	19.309	-	-	(19.309)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(3.676)	-	(3.676)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(17.338)	(17.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.006	115.586	3.768	22.190	11.265	-	(49.914)	-	209.901
Aumento de capital	30	3.090	-	-	-	-	-	-	3.120
Resgates de ações	-	(9.220)	-	-	-	-	-	-	(9.220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.943	-	9.943
Destinações:									
Reserva legal	-	-	824	-	-	-	(824)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	5.662	(5.662)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(3.916)	-	(3.916)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(6.085)	6.085	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	107.036	109.456	4.592	22.190	11.265	5.662	(56.458)	6.085	209.828

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A
CNPJ 17.873.542/0001-71
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos
em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	9.943	8.641
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa	12.346	10.868
Depreciação/amortização	6.301	6.287
Imposto de renda e contribuição social	1.087	1.094
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6	116
Provisão para contingências cíveis	-	2.813
Atualização das provisões para contingências	5.501	939
Outras provisões e atualizações de receitas e despesas	(549)	(381)
	<u>22.289</u>	<u>19.509</u>
Redução (Aumento) de ativos		
Concessionárias e permissionárias	(797)	368
Tributos compensáveis	732	(5)
Depósitos judiciais	(381)	(1.480)
Despesas pagas antecipadamente	(73)	-
Outros	211	(216)
	<u>(308)</u>	<u>(1.333)</u>
Aumento (Redução) de passivos		
Encargos setoriais	(85)	97
Fornecedores	(3.449)	2.621
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(630)	(592)
Tributos a pagar	(2.453)	(433)
Outros	46	80
	<u>(6.571)</u>	<u>1.773</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.410	19.949
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>20.859</u>	<u>19.949</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado e intangível	367	(4.913)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	367	(4.913)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Resgate de ações	(9.220)	(12.091)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(13.777)	(14.280)
Aumento de capital	3.120	1.685
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(19.877)</u>	<u>(24.686)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.100)</u>	<u>(9.650)</u>
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	11.141	20.791
No fim do exercício	7.041	11.141
	<u>(4.100)</u>	<u>(9.650)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre agentes de governo, agentes públicos e privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. está autorizada a cobrar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do poder concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES

Constituída em 13 de agosto de 2013, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Potiguar Sul"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da NC Energia S.A. e integrante do Grupo Neoenergia que tem por objeto social principal estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 10 de maio de 2013, a Companhia venceu o leilão ANEEL 001/2013 adquirindo o direito de construir e instalar duas entradas de linhas nas subestações Campina Grande III e Ceará-Mirim II e o segundo circuito da linha de transmissão em 500 kV que interliga estas subestações. As instalações se localizam nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e a linha possui cerca de 190 km de extensão. O prazo de concessão é de 30 anos e os investimentos realizados foram de R\$ 185.800.

A licença de operação foi emitida pelo IBAMA em 4 de novembro de 2016 e as instalações foram energizadas em 7 de novembro de 2016, passando a ter direito à remuneração a partir desta data.

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2.565, de 25 de junho de 2019, é de R\$ 25.773 para o período 2019/2020. Para o período 2018/2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou uma RAP de R\$ 25.350 para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos períodos.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo órgão regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 20, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 10 de junho de 2020, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de estimativa a valor justo.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil. As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2019, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	18	66
Fundos de investimento	7.023	11.075
	<u>7.041</u>	<u>11.141</u>

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB TOP Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	-	11.064
Compromissadas com lastro de títulos públicos	7.023	11
	<u>7.023</u>	<u>11.075</u>

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Títulos a receber	2.883	2.086
Terceiros	2.572	1.871
Partes relacionadas (nota 17)	311	215
(-) Provisão para devedores duvidosos	(146)	(140)
Total	<u>2.737</u>	<u>1.946</u>

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						Provisão/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2019	TOTAL 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia									
Suprimento Energia - Moeda Nacional	2.668	-	29	7	21	158	(146)	2.737	1.946
TOTAL	<u>2.668</u>	<u>-</u>	<u>29</u>	<u>7</u>	<u>21</u>	<u>158</u>	<u>(146)</u>	<u>2.737</u>	<u>1.946</u>

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda - IR	27	27
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	8	8
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	10	74
Imposto sobre serviços - ISS	-	668
Total	<u>45</u>	<u>777</u>

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixa (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Imobilizado em Serviço Transmissão									
Edificações, obras civis, e benfeitorias	28.453	-	-	-	28.453	-	(2.704)	25.749	26.650
Máquinas e equipamentos	192.314	-	(685)	836	192.465	151	(16.083)	176.382	181.567
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	85	-	-	-	85	-	(36)	49	61
Subtotal	220.852	-	(685)	836	221.003	151	(18.823)	202.180	208.278
Ativo Imobilizado em Curso Transmissão									
Máquinas e equipamentos	661	265	-	(836)	90	(571)	-	90	661
Subtotal	661	265	-	(836)	90	(571)	-	90	661
Total Ativo Imobilizado	221.513	265	(685)	-	221.093	(420)	(18.823)	202.270	208.939

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2018	Adições	Valor bruto em 31/12/2019	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço Transmissão						
Servidões	21.251	-	21.251	-	21.251	21.251
Subtotal	21.251	-	21.251	-	21.251	21.251
Ativo Intangível em Curso Transmissão						
Servidões	4.348	5.789	10.137	-	10.137	4.348
Subtotal	4.348	5.789	10.137	-	10.137	4.348
Total Ativo Intangível	25.599	5.789	31.388	-	31.388	25.599

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

	2019			2018
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço Transmissão				
Custo histórico	13	-	-	-
		242.254	(18.823)	223.431
		242.254	(18.823)	223.431
Em curso Transmissão				
		10.227	-	10.227
		10.227	-	10.227
		252.481	(18.823)	233.658
				234.538

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)	
Transmissão	
Cabo Condutor	2,70
Torres, autoportante metálicas	2,70
Conjunto de isoladores	2,70
Reator	2,78
Disjuntor de tensão	3,03
Cabo de para raio	3,03

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	265	265
Total das Adições	265	265

9. FORNECEDORES

	2019	2018
Materiais e serviços		
Terceiros	9.525	12.989
Partes relacionadas (Nota 15)	79	64
Total	9.604	13.053

10. TRIBUTOS A PAGAR

	2019	2018
Imposto de renda – IR	142	131
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	94	87
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	123	-
Programa de integração social – PIS	17	12
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	78	54
Imposto sobre serviços – ISS	-	2.523
Impostos e contribuições retidos na fonte	382	25
	836	2.832

11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A movimentação das provisões para contingências está detalhada abaixo:

	Cíveis
Saldos em 1º de janeiro de 2018	6.627
Constituições	2.842
Baixas/reversão	(29)
Atualização	939
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.379
Constituições	6.087
Baixas/reversão	(298)
Atualização	5.501
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.669

Cíveis

Referem-se à ações de natureza fundiária, que são decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel ações de natureza indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo danos materiais cujos valores são atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. O montante de causas cujos assessores jurídicos da Companhia classificam a expectativa de perda como possível é de R\$ 278 (R\$ 244 em 31 de dezembro de 2018), referente à ação indenizatória, à terceiros, por danos causados durante a instalação das redes de transmissão.

A Companhia não é parte de outras ações de natureza trabalhista ou fiscal avaliadas como perda possível.

(a) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019	2018
Cíveis	9.519	8.589
Total	9.519	8.589

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Ao longo do ano de 2019, a acionista controladora aprovou aumento de capital e de reserva de capital no total de R\$ 3.120, tendo sido subscrito e integralizado pela NC Energia S.A., em moeda corrente, o montante de R\$ 30 destinado ao capital social e R\$ 3.090 destinado à reserva de capital, adicionalmente foram feitos resgates totalizando o saldo de R\$ 9.220. Desta forma, o capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 107.036 (R\$ 107.006 em 31 de dezembro de 2018), representado por 232.932.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	9.943	8.641
Média ponderada das ações emitidas	232.932	232.932
Lucro básico e diluído por ação – R\$	<u>0,0427</u>	<u>0,0371</u>

Reserva de capital

Refere-se à contribuição feita pelo subscritor da ação que ultrapassa o valor nominal da mesma, desta forma, o valor excedente deve ser considerado como reserva de capital.

Reserva legal

Em conformidade com a Lei 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constitui a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da companhia, conforme previsto na legislação.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido societário do exercício	16.486	15.945
Aplicação inicial do CPC 48 – IFRS 9	-	32
Constituição de reserva legal (5%)	(824)	(1.209)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição	<u>15.662</u>	<u>14.768</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u>	<u>3.915</u>	<u>3.676</u>
Dividendos adicionais propostos	6.085	-

a) Dividendos adicionais propostos

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos iniciais	20.964	14.230
Dividendos:		
Declarados	3.915	21.014
Pagos no exercício	(13.777)	(14.280)
Saldos finais	<u>11.102</u>	<u>20.964</u>

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

A Companhia destinou à proposta de distribuição de dividendo adicional, o montante de R\$ 6.004.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza, região geográfica e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	<u>Ref.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional			
Receita de transmissão – Rede Básica	(a)	27.367	20.685
Deduções à receita			
PIS/COFINS		(886)	(867)
Encargos- Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(261)	(225)
Taxa de fiscalização		(98)	(127)
		<u>26.122</u>	<u>19.466</u>

14. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	511	729
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	4	23
Atualização de depósitos judiciais	549	381
Total	<u>1.064</u>	<u>1.133</u>
Despesas financeiras		
Atualização provisão para contingências	(5.501)	(939)
Outras despesas financeiras	(319)	(20)
Total	<u>(5.820)</u>	<u>(959)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.756)</u>	<u>174</u>

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

COLIGADAS	Ref	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
		2019	2018	2019	2018
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</u>					
COELBA	(a)	68	69	544	580
CELPE	(a)	43	42	346	362
COSERN	(a)	10	11	114	38
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)	2	2	21	21
TERMOPERNAMBUCO S/A	(a)	3	4	40	41
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a)	-	1	3	4
NORTE ENERGIA S.A.	(a)	99	-	955	-
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	5	3	34	9
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	(a)	2	-	20	-
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	-
SANTANA 1	(a)	-	-	1	1
SANTANA 2	(a)	-	-	1	1
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	2
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	2
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	1
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	1
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	1
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	2
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	2
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(a)	-	32	-	312
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	(a)	28	-	321	-
ELEKTRO REDES	(a)	51	51	423	465
		311	215	2.832	1.845
<u>Serviços administrativos</u>					
COSERN		(12)	-	(79)	-
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S/A	(b)	(67)	(64)	(785)	(755)
		(79)	(64)	(864)	(755)
<u>Dividendos e JSCP</u>					
NC ENERGIA S/A	(c)	(11.102)	(21.054)	-	-
		(11.102)	(21.054)	-	-
TOTAL		(10.870)	(20.903)	1.968	1.090

- (a) Referem-se aos contratos de uso do sistema de transmissão.
- (b) Refere-se ao contrato de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vigência até 2020.
- (c) Refere-se aos dividendos a pagar.

16.1 APLICAÇÕES EM FUNDO DE INVESTIMENTO BB POLO 28

O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à política financeira e de crédito do Grupo Neoenergia.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

d. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 7.023 (R\$ 11.075 em 31 de dezembro de 2018) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	9.604	9.604	9.604

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.041	11.141
Mensurado pelo custo amortizado		
Concessionárias e permissionárias	2.737	1.946

f. Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	7.023	309	(77)	(155)

18. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		2.737	2.737	1.946	1.946
Concessionárias e permissionárias	2	2.737	2.737	1.946	1.946
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		7.041	7.041	11.141	11.141
Caixa e equivalentes de caixa	2	7.041	7.041	11.141	11.141
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		9.604	9.604	13.053	13.053
Fornecedores	2	9.604	9.604	13.053	13.053

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

19. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil geral – operações	30/11/18 a 31/05/20	100.000	35
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/19 a 31/05/20	198.597	153

20. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balancos patrimoniais

	Notas	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		9.901	23.351	33.252	14.080	22.463	36.543
Caixa e equivalentes de caixa		7.041	-	7.041	11.141	-	11.141
Concessionárias e permissionárias		2.737	(33)	2.704	1.946	(33)	1.913
Tributos compensáveis		45	-	45	777	-	777
Concessão do serviço público (ativo contratual)	20.1	-	23.384	23.384	-	22.496	22.496
Despesas pagas antecipadamente		73	-	73	-	-	-
Outros ativos circulantes		5	-	5	216	-	216
Ativo não circulante		243.546	42.328	285.874	243.496	36.492	279.988
Depósitos judiciais e cauções		9.519	-	9.519	8.589	-	8.589
Tributos compensáveis		369	-	369	369	-	369
Concessão do serviço público (ativo contratual)	20.1	-	275.986	275.986	-	271.030	271.030
Imobilizado	20.1	202.270	(202.270)	-	208.939	(208.939)	-
Intangível	20.1	31.388	(31.388)	-	25.599	(25.599)	-
Total do ativo		253.447	65.679	319.126	257.576	58.955	316.531
Passivo							
Passivo circulante		21.725	-	21.725	37.001	-	37.001
Fornecedores		9.604	-	9.604	13.053	-	13.053
Tributos		836	-	836	2.832	-	2.832
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		11.103	-	11.103	20.964	-	20.964
Encargos setoriais		35	-	35	33	-	33
Outros passivos circulantes		147	-	147	119	-	119
Passivo não circulante		21.894	9.221	31.115	10.674	9.041	19.715
Provisão para litígios		21.669	-	21.669	10.379	-	10.379
Encargos setoriais		122	-	122	209	-	209
Tributos diferidos	20.2	-	9.221	9.221	-	9.041	9.041
Outros passivos não circulantes		103	-	103	86	-	86
Total do passivo		43.619	9.221	52.840	47.675	9.041	56.716
Patrimônio líquido							
Capital social		107.036	-	107.036	107.006	-	107.006
Reservas de capital		109.456	-	109.456	115.586	-	115.586
Reservas de lucros		43.709	-	43.709	37.223	-	37.223
Lucros (prejuízos) Acumulados	20.4	(56.458)	56.458	-	(49.914)	49.914	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		6.085	-	6.085	-	-	-
Total do patrimônio líquido		209.828	56.458	266.286	209.901	49.914	259.815
Total do passivo e do patrimônio líquido		253.447	65.679	319.126	257.576	58.955	316.531

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado

	Notas	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		27.367	5.843	33.210	20.685	6.117	26.802
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	20.1	27.367	5.843	33.210	20.685	6.117	26.802
Tributos		(886)		(886)	(867)	-	(867)
PIS		(158)		(158)	(154)	-	(154)
Cofins		(728)	-	(728)	(713)	-	(713)
Encargos - Parcela "A"		(359)	-	(359)	(352)	-	(352)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(261)	-	(261)	(225)	-	(225)
Taxa de fiscalização		(98)		(98)	(127)	-	(127)
Receita líquida		26.122	5.843	31.965	19.466	6.117	25.583
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Custo de Construção		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis							
		26.122	5.843	31.965	19.466	6.117	25.583
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Material		(5)	-	(5)	(124)	-	(124)
Serviços de terceiros		(3.566)	-	(3.566)	(3.033)	-	(3.033)
Arrendamento e aluguéis		(58)	-	(58)	(55)	-	(55)
Provisões Líquidas – PCLD		(6)	-	(6)	(116)	-	(116)
Provisões Líquidas – contingências		-	(5.799)	(5.799)		(2.813)	(2.813)
Tributos		(12)	-	(12)	(38)	-	(38)
Depreciação e amortização	20.3	(6.301)	6.301	-	(6.287)	6.287	
Outras despesas operacionais		(388)	378	(10)	(252)	(2.099)	(2.351)
Resultado da Atividade		15.786	6.723	22.509	9.561	7.492	17.053
Resultado Financeiro							
		(4.756)	-	(4.756)	174	-	174
Despesas financeiras		(5.820)	-	(5.820)	(959)	-	(959)
Receitas financeiras		1.064	-	1.064	1.133	-	1.133
Lucro antes dos impostos sobre o lucro							
		11.030	6.723	17.753	9.735	7.492	17.227
Despesa com impostos sobre os lucros	20.2	(1.087)	(180)	(1.267)	(1.094)	(188)	(1.282)
Lucro líquido do exercício		9.943	6.543	16.486	8.641	7.304	15.945
Lucro por ação							

20.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

20.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos, na contabilidade societária, são aplicados sobre a margem de construção, durante a fase de construção e são realizados a partir da fase de operação até o prazo final da concessão.

20.3. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

20.4. Prejuízos acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.5. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2019	2018
Saldos no início do exercício	266.286	259.815
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(56.458)	(49.914)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(29.621)	(271.823)
Reavaliação regulatória compulsória	-	242.202
Adoção inicial e IFRS 15 (CPC 47)	(15.586)	(15.586)
Atualização e realização do ativo contratual (CPC 47)	(11.961)	(6.117)
Adoção inicial PCLD e IFRS 9	32	32
Efeitos da depreciação e baixa do ativo contratual (CPC 47)	(8.543)	(7.663)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	9.221	9.041
Saldos no fim do exercício	209.828	209.901

20.6. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2019	2018
Lucro líquido conforme contabilidade societária	16.486	15.945
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(6.543)	(7.304)
Reversão da atualização do ativo contratual da concessão	(5.843)	(6.117)
Reversão da depreciação	(6.301)	(6.287)
Reversão da baixa do ativo contratual (CPC 47)	5.421	4.912
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	180	188
Lucro líquido regulatório	9.943	8.641

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e, podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Até o momento, não identificamos nenhum impacto material. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente possível fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração segue avaliando, de forma constante, os potenciais impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os eventuais impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.